

DO MOBRAL (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO) AOS PROGRAMAS DE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) ATUAIS: EVOLUÇÃO OU MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?

LAURA MARIA BARON COLETI (UNESP-MARÍLIA).

Resumo

A EJA tem especificidades e características próprias que deveriam ser evidenciadas e exploradas para que o ato educativo, tanto para quem ensina, como para quem aprende, acontecesse de fato. No entanto, a história nos mostra que a preocupação com a modalidade de ensino em questão, além de ser recente no cenário educacional do Brasil, também não aparece nas prioridades das políticas públicas para a educação com tanta evidência como deveria, já que o número de pessoas jovens, adultas e idosas que foram privadas da escolarização regular durante a infância por diversos motivos, dentre os quais as condições sócio-econômicas, é muito grande. Assim, o objetivo principal desta pesquisa direciona-se fundamentalmente na busca e análise de ações pedagógicas e metodologias desenvolvidas por professores (as) da EJA durante o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) criado durante a ditadura militar no Brasil (1964 –1985), em relação às práticas pedagógicas realizadas atualmente com algumas turmas de EJA da rede municipal de ensino na cidade de Marília – SP. A escolha por esses dois momentos da EJA foi pensada pela relevância social e grande nível de alcance que esses programas atingiram e atingem o público dessa modalidade de ensino. Na verdade, esta pesquisa consiste em encontrar diferenças, semelhanças, modificações ou evolução entre as ações pedagógicas e metodológicas dos professores da EJA no período da ditadura militar e as daqueles que a atendem hoje. Para isso realizarei, além do resgate histórico já iniciado, uma pesquisa de campo, tentando entrevistar professores dos dois períodos da EJA e também observações em sala de aula.

Palavras-chave:

Educação de Jovens e Adultos, práticas pedagógicas, metodologias.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) traz diversas especificidades que devem ser evidenciadas para que o ato educativo, tanto para quem ensina, como para quem aprende, aconteça de fato. No entanto, a história nos mostra que a preocupação com essa modalidade de ensino, além de ser recente no cenário educacional, também não aparece nas prioridades das políticas públicas para a educação com tanta força como deveria, já que o número de pessoas jovens e adultas que foram privadas da escolarização regular durante a infância é grande. É verdade também que existem programas nacionais atuando nesse contexto, porém, há uma grande preocupação com as metodologias utilizadas. Não se trata apenas do acesso ao saber escolarizado, mas também da socialização e construção de uma formação geral.

E já que não se trata apenas do acesso ao saber escolarizado, e sim também de um ato socializador, será que as posições metodológicas dos educadores que atendem as turmas atuais da EJA e também as que são propostas em documentos oficiais modificaram-se em relação às práticas realizadas pelo MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) na década de 1970, mesmo depois do processo de democratização do país?

Esta questão nasce por duas razões, primeiramente pela importância do papel transformador que o educador de EJA tem na vida de seus educandos, já que

estamos falando de pessoas marginalizadas e excluídas da sociedade letrada durante muito tempo. Segundo, a escolha do MOBRAL (1967) para comparação aos programas atuais, aconteceu pelo fato de ter sido um dos programas mais impactantes da Educação de Adultos do país.

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um "tratamento" humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para sua "promoção". Os oprimidos não de ser exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção. (FREIRE, 2005: 45).

Outro aspecto que os educadores de EJA devem levar em consideração são as peculiaridades seus educandos, os pontos de partida para os estudos deveriam ser sempre a história de vida e a identidade cultural dessas pessoas. Sem perder de vista, é claro, a função de apresentar e ensinar conteúdos escolares novos, ou melhor, ensinar aquilo que lhes foi negado no passado.

Dessa forma, a aprendizagem proporcionada a essas pessoas deve acontecer nas diversas áreas do saber, não só pela alfabetização, do ensino da leitura e escrita, como pela linguagem matemática, por exemplo. Tão importante quanto a primeira, já que os educandos da EJA trabalham, pagam suas contas, controlam seus salários, e usam a matemática cotidianamente, muitas vezes sem notarem isso.

A escolha por aprofundar aqui os estudos da EJA a partir do MOBRAL (1967) justifica-se pelo fato de que esse movimento foi uma das campanhas mais impactantes na educação de adultos na história do país. Já que aconteceu em um período político conturbado que levou a criação do movimento, a fim de substituir as outras ações educativas que não respondiam as exigências da política ditatorial do momento.

As primeiras ações educativas voltadas para a clientela adulta já realizadas no Brasil ocorreram por volta da década de 30. Nessa época começava também a consolidar-se um sistema público de educação elementar no país. A educação gratuita crescia devido ao processo de industrialização e concentração populacional nos centros urbanos e isso impulsionava um movimento para o ensino elementar de adultos que não haviam frequentado a escola anteriormente.

Ela começa a ser percebida de forma independente principalmente a partir da experiência do Distrito Federal (1933-35) e das discussões travadas durante o Estado Novo em face dos resultados do censo de 1940 (indicando a existência de 55% de analfabetos nas idades de 18 anos e mais). Surgem as primeiras obras (livros ou artigos) especificamente dedicadas ao ensino supletivo. Inicia-se a polêmica entre os que acreditavam ser mais razoável solucionar o problema do analfabetismo através da maior ampliação das redes de ensino elementar comum e os que solicitavam medidas de efeitos mais a curto prazo, enfatizando a necessidade de programas especiais para adultos. (PAIVA, 1987:159).

O analfabetismo no Brasil existe desde o período colonial, mas só foi considerado realmente um problema no final do período imperial. Já que pela lei os analfabetos não podiam votar, logo se vê que inicialmente foi um problema de ordem política. E que só fortaleceu-se, pois as idéias do liberalismo e de patriotismo estavam em evidência, e também pelas taxas de analfabetismo que o censo de 1980 revelou. (MORTATTI, 2004: 17).

Após a década de 40, e também com os dados do censo deste mesmo ano, o governo federal começou a desenvolver diversas campanhas para erradicar o analfabetismo. Anterior a criação do MOBREAL (1967), existiram também: a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (1947-1963); a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963); a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958-1963); Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (1962-1963) e as Comissões de Cultura Popular e Programa Nacional de Alfabetização (1963-1964) (ROCCO, 1979:45).

Ao final da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, o país se democratizava lentamente e dois anos depois se iniciou a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, coordenada por Lourenço Filho que, como sua experiência de professor da época, conseguiu estender o programa para as diversas regiões brasileiras. Assim várias escolas supletivas foram criadas, mobilizando diversos campos administrativos, profissionais e também de voluntários.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, idealizada e realizada por Lourenço Filho, tinha por objetivo a utilização dos 25% do FNEP para a educação de adultos. Baseado no lema, "ainda por amor às crianças é que devemos educar adolescentes e adultos" pretendia com o atendimento dos adultos elevar o nível de vida das crianças. Razões de ordem nacional e internacional permitiram o aparecimento dessa Campanha. Estávamos vivendo politicamente as mudanças ocasionadas pela Revolução de 1930 e volta da democratização do país. (ROCCO, 1979).

É importante ressaltar que, nesse período da história brasileira, o analfabetismo era concebido como "causa" da situação econômica, social e cultural da época, e não como "efeito". Essa concepção validava a visão do analfabeto adulto como incapaz e assim, marginalizado.

Tais concepções sobre o adulto analfabeto e também sobre a sua capacidade de aprender "inspiraram" o Ministério da Educação para criar um material didático dirigido ao ensino da leitura e escrita para adultos no ano de 1947.

O método adotado nesse material era o silábico e as lições partiam de palavras - chaves que eram escolhidas a partir de suas características fonéticas. Fazia-se a memorização das sílabas para que assim pudessem formar novas palavras.

No entanto, começaram a surgir críticas no final da década de 50 sobre a Campanha de Educação de Adultos que questionavam as deficiências administrativas, financeiras e o método e orientação pedagógica que seguiam. Tais críticas denunciavam o caráter superficial desse processo de ensino e aprendizagem, uma vez que deveria ser realizado num período de tempo muito curto, também acentuavam as inadequações do método para uma diversidade cultural tão grande presente nas regiões brasileiras.

As campanhas de Educação de Jovens e Adultos criadas e lançadas a partir de 1942 sobreviveram até 1964. Também porque, a partir da década de 1950, as posições e situações políticas, sociais e econômicas brasileiras passam por alterações, atingindo obviamente o âmbito educacional, e os programas de educação de adultos criados até então, passavam a apresentar inadequações ao novo cenário educacional que nascia.

E é neste momento de modificações que Paulo Freire inicia suas primeiras ações educativas e em prol dos educandos adultos:

Para Paulo Freire a sociedade tradicional brasileira "fechada", se havia rachado e entrara em Trânsito, ou seja, chegara o momento de sua passagem para uma sociedade "aberta", democrática. O povo emergia nesse processo, inserindo-se nele criticamente, querendo participar e decidir, abandonando a condição de "objeto" e passando a ser "sujeito" da história. (PAIVA, 1987:251).

Na verdade ele pensava,

[...] numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação. (FREIRE, 1980: 104).

Paulo Freire apresentava uma proposta de alfabetização e de educação que visava a conscientização dos sujeitos no processo. E um de seus princípios básicos de ensino e aprendizagem era: a leitura de mundo precede a da palavra (FREIRE, 2000).

Também ressaltava que a educação não era um ato neutro, como muitos professores pensam e assim a fazem. A educação é sempre um ato político e "[...] situação gnosiológica, em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza". (Freire apud JANNUZZI, 1987:26).

Entretanto, o golpe militar de 1964 abafou o movimento de Paulo Freire e de seus seguidores que estava apenas começando e a nova gestão política influenciou diretamente todos os setores da sociedade brasileira, inclusive a educação.

O governo repressor implantado na época só permitiu a realização de programas assistencialistas para atender a demanda de adultos analfabetos. E no ano de 1967 aprovou-se pela lei nº 5379 o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). A concepção que o MOBRAL e seus educadores defendiam sobre o analfabeto era de "pessoas com baixo nível sócio-econômico, porém com grande bagagem cultural". Consideravam seus alunos como pessoas tímidas e inseguras, logo o papel do educador seria o de modificar esse quadro.

Os princípios metodológicos trabalhados no MOBRAL eram a funcionalidade e a aceleração. Funcionalidade significava partir da individualidade dos alunos adultos e isso desencadeava a aceleração no processo educativo. (JANNUZZI, 1987).

A funcionalidade servia na verdade, para desenvolver o aluno e prepará-lo para uma função na sociedade. As atividades em sala de aula visavam modificar essas experiências individuais já mencionadas e enfatizava principalmente a aquisição da leitura e da escrita.

Na verdade a preocupação central do MOBRAL era que um indivíduo fosse alfabetizado para facilmente receber as informações e desempenhar corretamente seu papel na sociedade e no desenvolvimento. E a diferença entre o movimento e a prática de Paulo Freire se encontra no referencial ideológico dos dois, pois enquanto o educador propunha a "educação como prática da liberdade", o MOBRAL propunha intrinsecamente o condicionamento do indivíduo para a manutenção do *status quo*. (BELLO, 1993).

O MOBRAL concebe a educação como investimento, como preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento inquestionável, isto é, como

estava sendo concebido pelo Modelo de Brasileiro de Desenvolvimento. Assim sendo, o que tem de fazer é realmente usar esse método antidialógico, que em nenhum momento possibilita a horizontalidade com o MOBRAL/CENTRAL de onde emanam os objetivos a serem atingidos. Então, o processo de alfabetização passa a ser o momento em que a preocupação é com o ensinar a palavra, treinar o aluno para ler e escrever a palavra já que traz o significado adequado. A ênfase na decodificação da palavra, na aprendizagem das técnicas de ler e escrever, facilita o desenvolvimento de habilidades que permitem a apreensão de informações que fazem o alfabetizando entrar no grupo de que participam do desenvolvimento. Esse método propõe situações de análise e de síntese relacionando-as com uma palavra que representa a realidade que deve ser alcançada, desejável, onde já estão os grupos que contribuem para o desenvolvimento (JANNUZZI, 1987:65).

Quanto ao método de alfabetização, o MOBRAL apresentava-o como eclético e baseado na decomposição de palavras geradoras, e ainda acentuava que seus princípios metodológicos eram novamente a funcionalidade e a aceleração.

As palavras geradoras não eram retiradas, necessariamente, do meio onde os alfabetizando viviam, já que traziam um significado que deveria ser absorvido e entendido de uma forma adequada. As palavras eram as mesmas para o Brasil inteiro. A alegação pelo uso de tais palavras era de que a escolha delas era feita a partir das necessidades do homem, no caso, sobrevivência, segurança, necessidades sociais e auto-realização. Entretanto,

Essa argumentação do MOBRAL é negada no Informe Del Grupo I, do Seminário Inter-Americano de Adultos, em que este grupo relata a observação de duas classes: uma constituída por 80% de domésticas com idade inferior a 16 anos, em que ao ser decodificada a palavra tijolo, não houve o despertar do interesse da classe. Havia passividade por parte dos alunos. [...] Concluem os observadores que as palavras não eram significativas para o grupo e que, portanto, não proporcionavam nenhuma discussão, nenhum interesse na decodificação. (JANNUZZI, apud GÂNDARA, 1987:60).

Quem escolhia os objetivos e conteúdos dos materiais pedagógicos era o MOBRAL/CENTRAL, os professores e alunos só seguiam as "ordens", o que se discutia em aula era somente o processo de realização das atividades propostas.

O MOBRAL apresentava uma metodologia que tentava copiar algumas das práticas de Paulo Freire, mas na verdade não alcançava nenhum dos objetivos do educador, já que as principais diferenças do autor com o movimento era justamente o posicionamento político, filosófico e pedagógico que não se encontravam.

Logo, os criadores e professores do MOBRAL não estavam preocupados em atuar com seus alunos em uma relação horizontal, onde ambos ensinam e aprendem no momento educativo. O olhar da educação neste período estava muito mais voltado para a manutenção da ordem e desenvolvimento da sociedade brasileira naquele contexto.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez dessas posições nega a

educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 2005:67).

Aliás, é importante ressaltar a escassez de informações e dados sobre os professores do MOBRAL, de como eles eram preparados, sobre a formação dos mesmos, já que as pesquisas e estudos estão muito mais voltados para os aspectos políticos e sociais.

Na década de 80 iniciou-se a abertura política no Brasil e outras experiências mais democráticas em EJA, foram ampliando-se aos poucos. O MOBRAL foi extinto no ano de 1985, e essas experiências educativas direcionadas aos grupos populares da sociedade continuaram e tornaram-se mais fortes e voltavam-se lentamente para a filosofia de Paulo Freire.

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos [...] agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra. (FREIRE, 2000:30).

A fundação *Educar* tomou o lugar do MOBRAL, e diferentemente do primeiro, essa fundação não executava diretamente os programas de alfabetização, na verdade apoiava financeiramente as iniciativas que estavam conveniadas a ela.

O Ensino Supletivo foi criado em 1970 como mais uma campanha de alfabetização de adultos e adolescentes. No caso, ele deveria suprir a escolarização dos adolescentes e adultos que não freqüentaram a escola no período regular e também propiciar a atualização e aperfeiçoamento (ROCCO, 1979:77).

Em relação à formação dos professores do Ensino Supletivo, ROCCO (1979) afirma que muitos eram preparados às pressas, sem fundamentação alguma sobre as características dessa modalidade de ensino. Era um preparo precário e com grandes empecilhos para que a educação acontecesse de fato nesse espaço.

Outra iniciativa de EJA após o processo de democratização do país foi o MOVA (Movimento de Educação de Jovens e Adultos), oficializado no final de 1989, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina no município de São Paulo.

Os educadores atuais de EJA, em sua grande maioria, não são preparados para trabalharem com as especificidades da clientela em questão. Sobre este aspecto, a proposta curricular para o 1º segmento em EJA sugere que, "para favorecer a leitura compreensiva e motivar os jovens e adultos que se iniciam no mundo da escrita, é fundamental selecionar textos significativos e interessantes." (BRASIL, 2001:57).

O despreparo desses educadores deve-se também as baixas condições da formação e profissionalização que os cursos da área da educação oferecem e também é claro pela falta de estímulos gerados pelos baixos salários que recebem. (GADOTTI, 2007).

A partir desta breve retrospectiva da EJA, pretendo iniciar a pesquisa de fato, e assim aprofundar mais as análises dos dados e informações futuramente encontradas. Para isso buscarei educadores que trabalharam no MOBRAL e também outros que atuam na EJA de hoje e que estejam dispostos a colaborarem e fornecerem as informações necessárias para esse estudo.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º seguimento**. Brasília: MEC, 2001.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar**. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. Disponível em: . Acesso em: 20 de junho de 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 39 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teorias, prática e proposta**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: Unesp, 2004.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1987.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. **Educação de Adultos: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1979.